

1987

A Economia

A PARTIR DO RETORNO DA INFLAÇÃO

Depois do Cruzado II a economia entrou em uma fase de instabilidade, própria dos momentos de aceleração inflacionária, que vem permitindo aos opositores do governo e aos economistas ortodoxos todo tipo de crítica e de alarmismo. Economistas e políticos comprometidos com o regime autoritário, que no passado levaram a economia à inflação e à recessão, passam agora, diante da retomada da inflação, a criticar as autoridades econômicas, pretendendo que só tenham cometido erros. Afirmam que o governo teria ignorado o aquecimento da demanda e contribuído para esse aquecimento através de gastos públicos excessivos, que teriam aumentado o déficit público de maneira irresponsável, e afinal levado à perda do controle da inflação e da própria economia.

Ora, é verdade que a inflação está de volta; é verdade que erros foram cometidos; mas é falso que o governo só tenha cometido erros, que tenha ignorado o aquecimento da demanda e aumentado o déficit público; muito menos é verdade que tenha perdido o controle da economia.

Déficit público operacional é algo que pode ser medido com razoável precisão. Corresponde às variações nas necessidades de financiamento do setor público. Ora, medido nestes termos o déficit público reduziu-se substancialmente em 1986. Foi de 2,7 por cento do PIB em 1984, subiu para 4,3 em 1985 e caiu para 1,9 no último ano. Essa porcentagem poderia ser um pouco mais alta se as desvalorizações cambiais houvessem sido maiores, mas a redução do déficit público é discutível.

Dir-se-á que essa redução não foi o suficiente para conter o excesso de demanda - o que é verdade. Foi o aumento do salário médio real em cerca de 12 por cento e o aumento dos investimentos públicos e principalmente privados de 16 para 19 por cento do PIB aproximadamente que provocou o excesso de demanda. As autoridades econômicas em meados do ano tentaram corrigir a situação através do empréstimo compulsório e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Não ignoraram o problema, portanto. O fato de a medida não ter sido suficiente decorre do impulso forte demais do crescimento de demanda.

O Banco Central, por sua vez, tentou conter a demanda através da elevação da taxa de juros, dada a inefetividade da política fiscal. Mas afinal só logrou aumentar a taxa nominal de juros, já que a inflação, a partir de julho em pleno processo de aceleração, passou a superar a taxa nominal de juros, levando a taxas reais de juros negativas, que estimularam ainda mais a demanda.

O erro maior foi no momento do Cruzado II ter-se optado pela elevação das alíquotas do IPI para determinados produtos, que seriam excluídos de um novo índice de preços, em detrimento da alternativa do empréstimo compulsório sobre salários. O grande aumento de alguns preços foi o sinal que a economia superaquecida e com seus preços crescentemente desalinhados - dada a existência de alguns preços efetivamente congelados e outros não - esperava para desencadear novos aumentos de preços, na prática, terminaram com o congelamento.

A partir desse momento entramos em um processo de aceleração inflacionária que só terá fim quando, terminado o processo de realinhamento de preços, a inflação se tornar inercial em um novo patamar, muito superior ao patamar de cerca de 2 por cento ao mês que prevaleceu até outubro. Qual será esse novo patamar ninguém sabe. Uma previsão otimista seria de 7 por cento ao mês, corresponde a uma inflação anual de 125 por cento. Porque precisa ficar claro que "terminar o processo de realinhamento de preços" não significa que todos os preços fiquem corrigidos em um determinado dia. Significa apenas que as distorções maiores nos preços relativos foram corrigidas, que a taxa de lucro volta a tender a equalizar-se entre as empresas, e que estas passam, agora, a simplesmente fazer os aumentos defasados ou alternados de preços que caracterizam o novo patamar da inflação inercial. A inflação não volta, portanto, para o patamar anterior. Simplesmente estabiliza-se em um novo patamar.

Nesta fase de transição para um patamar muito mais elevado de inflação duas questões são prioritárias para o governo: (a) a preservação do sistema financeiro, e (b) a preservação da autoridade do governo.

O Brasil é o único país da América Latina que possui um verdadeiro sistema financeiro, capaz de captar grande volume de poupança e colocá-la à disposição dos investidores ou do setor público. Os demais países possuem apenas sistemas bancários. Quando a taxa real de juros se torna negativa ou altamente especulativa, como vem acontecendo nesse período de aceleração inflacionária, é necessário reindexar rapidamente o sistema financeiro, estabelecendo títulos pós-fixados baseados em um índice de preços confiável: no presente caso do INPC. Deixar o mercado financeiro operar com taxas pré-fixadas, orientadas pelo valor das LBCs, é transformar todos os aplicadores do sistema financeiro em especuladores e obrigar esses aplicadores a preverem a inflação futura, transformando essa previsão em uma profecia auto-realizadora. Na taxa de juros de captação de 380 por cento, por exemplo, descontada uma taxa de juros real de 20 por cento ao ano e o pagamento do imposto de renda, está embutida uma inflação prevista de 12 por cento ao mês. Mesmo essa taxa altíssima, entretanto, não deixa os aplicadores seguros, de forma que o sistema financeiro além de instabilizado, fica ameaçado pela fuga de capitais traduzida na compra de dólares no mercado paralelo.

O Banco Central vem fazendo tudo o que é possível para preservar o sistema financeiro nesse período de crise, mas enquanto não for autorizada a reindexação do sistema financeiro de maneira completa, não conseguirá devolver tranquilidade ao mercado.

Em segundo lugar é necessário preservar a autoridade do governo, ameaçada pela desobediência civil que de fato está ocorrendo, na medida em que as empresas começam a desobedecer abertamente o congelamento ou o tabelamento. A enérgica reação do Presidente Sarney na última sexta-feira dá uma idéia da gravidade do problema. Para enfrentá-lo não há outra alternativa senão tratar de ser realista e, de um lado, apressar o realinhamento dos preços mais importantes, que deverão permanecer tabelados ou controlados, e, de outro, descongelar oficialmente os preços menos importantes e os setores mais competitivos.

O governo já vem caminhando nas duas direções. A reindexação, porém, é ainda hesitante, porque até há pouco a indexação era a grande inimiga, a causa da inflação inercial. De fato, a indexação torna rígidos os preços para baixo, mas, em compensação, estabiliza o sistema financeiro e dificulta a aceleração inflacionária. Um sistema econômico indexado mantém a inflação em estado inercial enquanto não for decidido novo congelamento, mas, em compensação, garante que a inflação inercial não se transforme em uma espiral inflacionária que leva à hiperinflação. As hiperinflações clássicas aconteceram porque, não havendo indexação, o sistema financeiro nacional foi destruído, ao mesmo tempo em que a transformação de toda liquidez adicional em compra de dólares provocava a desvalorização sucessiva da taxa de câmbio, acelerando a inflação e levando-a ao infinito. Quanto ao realinhamento e à liberação dos preços o que se deseja é apenas maior rapidez por parte do governo. Neste começo de ano já está ocorrendo a aceleração da ação do governo.

Resta a grande incognita representada pela escala móvel. Parece politicamente inviável, no momento, suspender o gatilho. A idéia de substituí-lo por um abono salarial geral não faz sentido nem econômico nem político. E, por outro lado, é muito possível que a escala móvel, no presente momento, dado o nível dos salários reais, seja incompatível com a estabilidade dos preços em um dado patamar. A escala móvel de salários é um sistema de indexação salarial que não eleva, simplesmente mantém automaticamente o nível do salário médio real. Por isso não deveria ser um fator acelerador da inflação. Entretanto, se o salário médio real prevalecente hoje na economia brasileira for incompatível com uma taxa de lucro considerada aceitável para os empresários (digamos 15 por cento reais ao ano), o gatilho terá um efeito explosivo sobre a inflação, na medida em que as empresas estarão tentando, através do aumento de preços, restabelecer o nível satisfatório da taxa de lucro. O conflito baseado em uma incompatibilidade distributiva essencial traduzir-se-á, então, não na inflação inercial que mantém o patamar de inflação, mas em uma espiral inflacionária semelhante à provocada pela fuga de capitais e a desvalorização real contínua

da moeda. Se for este o caso, não restará outra alternativa para o governo e para a sociedade senão eliminar o gatilho. Nesse momento, entretanto, os reajustes salariais deverão estar sendo realizados em uma frequência mensal, o que facilitará a decretação de um novo choque heterodoxo.

Em Israel o choque heterodoxo só foi bem sucedido depois de três tentativas. No Brasil é razoável que façamos duas tentativas. E que na segunda tentativa o governo possa usar a experiência do primeiro choque para poder corrigir os desequilíbrios macro e microeconômicos - de excesso de demanda e de distorção de preços relativos - que poderão advir. Será também necessário um entendimento mais completo e franco com trabalhadores, empresários e funcionários públicos. É impossível eliminar a inflação e ao mesmo tempo não exigir sacrifícios mínimos de ninguém. (*Folha de S.Paulo*, 13 de janeiro de 1987).

SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA

Os momentos de crise podem ser motivo de pessimismo retrocesso, ou então podem ser aproveitados criativamente para se dar um passo adiante. Estamos vivendo um desses momentos - uma crise de transição para uma taxa de inflação mais alta - e podemos aproveitá-lo para distribuir a renda com um pouco mais de justiça.

É inútil imaginar que seja possível superar o processo de aceleração inflacionária que estamos atravessando sem exigir sacrifícios de empresários e trabalhadores. Tanto os salários quanto os lucros aumentaram exageradamente em 1986, prosseguindo um processo de expansão cíclica iniciado em 1984 com base no aumento das exportações e continuado em 1985, quando salários e consumo passaram a crescer aceleradamente.

Nestes termos, é mero populismo afirmar agora que a distribuição de renda é muito desigual no Brasil, que os salários são muito baixos e, portanto, que não se pode sacrificar os salários nesse momento. Ainda que a primeira premissa seja correta, ainda que de fato a distribuição de renda seja muito desigual neste país, daí não se segue, primeiro, que todos os salários sejam tão baixos, e, segundo, que não se deva, para reequilibrar a demanda e a oferta agregada, no curto prazo, além de onerar os lucros, os aluguéis e os juros, também sacrificar os salários mais altos.

A distribuição de renda no Brasil é muito desigual não apenas porque a taxa de lucro dos empresários e a taxa de juros e de aluguel dos rentistas é muito alta, mas também porque os ordenados e honorários de tecnoburocratas e profissionais liberais são muito elevados quando comparados com o salário mínimo. Em um país desenvolvido os ordenados mais altos dificilmente são 10 vezes maiores do que o salário mínimo; no Brasil, entre os salários e ordenados essa relação chega facilmente a ser de 100 vezes.

Por isso, no momento em que o governo procura um entendimento ou mesmo uma trégua social para interromper a aceleração inflacionária, é razoável que pense em aumentar em termos reais o salário mínimo, desde que este aumento não agrave o excesso de demanda existente.

Um aumento real, exclusivamente do salário mínimo, além de ser uma medida de justiça, não terá grande efeito sobre a demanda agregada, já que é relativamente pequeno o número de trabalhadores que recebem salário mínimo. Entretanto, esse aumento terá conseqüências explosivas se se permitir sua repercussão nos demais salários. Ora, há muitos salários e ordenados que estão referidos legalmente ao salário mínimo. São os salários mínimos legalmente estabelecidos.

Para realizar-se um aumento do salário mínimo que tenha um caráter distributivo intra-salários e que não provoque um aumento geral de salários e da demanda, é preciso uma lei que desvincule formalmente todos os demais salários do salário mínimo. Para isto será necessário criar um Salário Mínimo de Referência indexado periodicamente pelo INPC, que passará a ser a base dos salários mínimos profissionais. E o atual salário mínimo substancialmente aumentado em termos reais poderá ser chamado de Piso Salarial Nacional, para evitar-se qualquer confusão com o antigo salário mínimo. Dessa forma estaremos aproveitando a crise atual para dar um passo à frente. E o governo terá mais austeridade para exigir sacrifícios de trabalhadores e empresários. (*Folha de S.Paulo*, 20 de janeiro de 1987).

PRIORIDADES FRENTE A CRISE

A prioridade número um do governo diante da presente crise não é a de combater a inflação mas a de garantir sua própria unidade e autoridade. Sem dúvida a causa da crise é a aceleração inflacionária, mas é preciso lembrar que inflação é um fenômeno ao qual os brasileiros já estão habituados e com o qual aprenderam a conviver. O que é preocupante no atual momento não é a inflação, que já está aí de volta, mas a profunda decepção de toda a sociedade com o fracasso do Plano Cruzado, e a perda de autoridade do governo, na medida em que o congelamento de preços é desrespeitado.

Para recuperar a autoridade e novamente ganhar unidade o governo precisa sair do imobilismo em que a crise o lançou. Não pode, entretanto, fazê-lo tomando decisões arbitrárias. As medidas que eram possíveis de se tomar para corrigir o pacote de 21 de novembro foram ficando ultrapassadas dia a dia, à medida em que - não sendo tomadas - a inflação avançava. No começo de dezembro era ainda possível reduzir as alíquotas aumentadas de IPI e compensar a perda fiscal com a antecipação do imposto de renda na fonte. Em meados de dezembro era possível reproduzir a estratégia bem sucedida da Argentina depois do descongelamento de 4 de abril e estabelecer um percentual de 5 por cento mensal de aumento dos preços por todas as empresas, ao mesmo tempo em que se realinhavam acima desse percentual alguns preços mais importantes.

Hoje, quando os empresários falam em um aumento geral de preços de 25 por cento e quando os trabalhadores falam em um aumento do salário mínimo de 800 para 4.000 cruzados - ambas as medidas provocando um forte choque inflacionário - e quando membros do governo começam a falar em hiperinflação, todas aquelas medidas estão ultrapassadas. O que resta fazer em matéria de preços é o realinhamento rápido mas parcial, gradual dos preços, na linha do que foi decidido no último fim-de-semana pelo Ministro da Fazenda, sempre por um percentual inferior ao pedido das empresas, e falando-se a menos possível em realinhamento. Além disso é necessário liberar um grande número de preços dada a impossibilidade controlá-los.

Mais amplamente, para recuperar sua autoridade não resta outra alternativa ao governo senão (1) liberar grande parte dos preços, mantendo sob controle (mas não congelados) apenas os preços essenciais que possam ser efetivamente acompanhados; (2) manter o gatilho até que se possa medir suas conseqüências; (3) reindexar plenamente o sistema financeiro; e (4) tomar medidas fiscais e monetárias adicionais que desaqueçam a demanda. Não necessitamos de uma recessão neste momento, mas reduzir a taxa de crescimento é essencial.

Em outras palavras, é preciso agora voltar ao mercado. O Plano Cruzado foi uma medida bem formulada e inicialmente bem sucedida de intervenção no mercado, que se mostrava incapaz de eliminar a inflação inercial. Fracassou em seguida porque o mercado não foi respeitado. Porque desequilíbrios microeconômicos (distorções nos preços relativos) e macroeconômicos (excesso de demanda) constituíram uma agressão às leis do mercado. Agora não resta outra alternativa senão voltar ao mercado. Por algum tempo, de forma vigiada. Mas voltar ao mercado.

Em que patamar a inflação se estabilizará? Não sei. O certo é que, reindexada a economia e reduzida a pressão de demanda através de cortes de gastos do setor público a inflação se estabilizará em algum patamar. Depois de algum tempo de estabilização nesse patamar, voltando o componente inercial a predominar claramente sobre o componente acelerador da inflação, será possível pensar em um novo choque. Um novo congelamento quando a inflação está em pleno processo de aceleração, o que significa que os preços relativos estão profundamente desequilibrados, é inviável. Ou muito arriscado. Não garante um mínimo de neutralidade distributiva ao choque. (*Folha de S.Paulo*, 27 de janeiro de 1987).

NOVO CHOQUE

A crise econômica consubstanciada no fracasso do Plano Cruzado transformou-se em crise política. Taxas de inflação superiores às da época do cruzeiro provocaram decepção e insegurança na população, reduziram a popularidade do governo, e o levaram à divisão interna e a uma relativa imobilização.

O pedido de demissão do Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e de Pércio Arida, respectivamente o principal articulador e o principal autor do Plano Cruzado, é um reflexo da crise. Com a saída de ambos, antecedida pela de André Lara Resende, o governo perde a colaboração de homens da mais alta competência, de repente transformados em representantes da velha ortodoxia econômica. Nos próximos dias, quando se verificar a impossibilidade de baixar a taxa de juros nominal enquanto a inflação dispara, ficará claro que a decisão de se aceitar a demissão do Presidente do Banco Central só agravou os problemas ao invés de encaminhar sua solução.

A equipe do Ministério da Fazenda, entretanto, tem uma clara noção da crise política. Sabe que é em parte responsável por ela, e está procurando com todas as suas forças encontrar um caminho que rompa o imobilismo do próprio governo. Está claro que a sua opção por um novo choque a ser aplicado nos próximos dias. Só isto explica estar promovendo um realinhamento de preços em fevereiro para quase todos os setores ainda controlados que varia entre 22 e 32 por cento. Se não estivesse pensando em fazer o realinhamento dos preços e em seguida recongelar, teria concedido reajustes menores.

Em princípio um novo choque heterodoxo não funcionará neste momento. A inflação não é predominantemente inercial; resulta da recomposição dos preços relativos, que já estavam desequilibrados no dia do Plano Cruzado 1 e cujo desequilíbrio aumentou ainda mais nos meses seguintes devido às pressões de demanda que levaram a aumentos de preços nos setores não controlados. Ora, quando a inflação está em pleno processo de aceleração, os preços relativos estão muito desequilibrados, a dispersão na variação dos preços é muito grande, de forma que não é possível encontrar um dia para o congelamento que seja razoavelmente neutro do ponto de vista distributivo. Decretado o congelamento corre-se o risco de que ele não seja obedecido. E mesmo que o seja, os ajustes de preços, que serão imprescindíveis de se realizar em seguida, serão tão grandes que a inflação retornará. Além disso será difícil encontrar uma taxa média de inflação embutida nos contratos a prazo que sirva de base para a tabela de conversão dos contratos.

É preciso, entretanto, não exagerar o desequilíbrio dos preços relativos existentes neste processo de aceleração inflacionária. A grande maioria dos preços que têm peso no índice de inflação estão sob controle do governo. A aceleração da inflação ocorreu principalmente porque o governo autorizou os aumentos e secundariamente porque houve desrespeito ao tabelamento. É certo que o governo foi obrigado a conceder os reajustes, mas há uma diferença entre essa situação e o total descontrole.

Por outro lado, é difícil admitirmos que a economia, devidamente reindexada, possa funcionar normalmente durante alguns meses com taxas de inflação em torno de 20 por cento ao mês até que a inflação se inercialize e se torne mais viável um novo choque. Com uma taxa de 10 por cento, corresponde a 200 por cento ao ano, isto foi possível em 1984 e 1985, mas 20 por cento ao mês corresponde a 800 por cento ao ano. As distorções provocadas por uma taxa de inflação dessa ordem nas relações entre as empresas, no sistema financeiro, e nas relações capital-trabalho são incalculáveis.

Nestas circunstâncias não vejo outra alternativa senão apoiar o governo caso decida assumir o risco de um novo choque, cujo prazo, ao contrário do que informa a imprensa, não deverá ser definido. Estabelecer uma data para o fim do congelamento é criar mais um foco de instabilidade. Dadas as circunstâncias desfavoráveis, será inviável pensar em uma inflação perto de 2 ou 3 por cento

após o choque. Mais realista será pensar em uma inflação de 6 ou 7 por cento - ou seja, uma inflação que permita acomodar os desequilíbrios nos preços relativos que deverão ser corrigidos em seguida.

Inevitavelmente essa correção dos preços relativos ocorrerá em cadeia, e acabará afetando os custos e os preços de todos os setores. Minha sugestão, portanto, é a de que se reconheça com realismo este fato, e, de forma semelhante ao que fez a Argentina, se autorize a todas as empresas controladas um aumento fixo mensal de preços de 3 por cento após o novo choque. Com isso as empresas controladas se defenderão automaticamente dos aumentos realizados pelas empresas não controladas. Aumentos acima dessa porcentagem só poderão ser concedidos pelo CIP. Depois de alguns meses será possível reduzir de maneira programada essa taxa mínima.

No dia do choque o governo deverá realizar um último realinhamento dos seus próprios preços e providenciar uma pequena maxidesvalorização cambial. Tudo indica que a recuperação das exportações brasileiras de manufaturados, especialmente para a área do dólar, depende de uma medida dessa natureza. Por outro lado, os custos de um ajuste externo via recessão são muito maiores do que os custos de uma desvalorização cambial real. Quanto aos salários, a solução será a de se substituir o gatilho por reajustes trimestrais. Não será difícil para os trabalhadores perceber que uma inflação mensal de 6 por cento, com possibilidades de baixar, é melhor do que uma inflação de mais de 20 por cento fazendo o gatilho disparar mensalmente.

Em todo esse processo a indexação do sistema financeiro deverá ser mantida; os títulos pré-fixados desestimulados ou proibidos. Não há incompatibilidade entre um choque dessa natureza, que em seguida convive com uma determinada taxa de inflação, e a indexação. E de qualquer forma é preciso lembrar que um choque heterodoxo não é uma medida única e final de política econômica. Foi esse erro de concepção que levou ao fracasso o Plano Cruzado 1. (*Folha de S.Paulo*, 17 de fevereiro de 1987).

SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE JUROS

A suspensão do pagamento dos juros dos empréstimos a longo e médio prazo de bancos privados decidida na última semana foi a consequência necessária da deterioração da balança comercial brasileira nos últimos meses e da recusa ou protelação dos credores em conceder "dinheiro novo" ao Brasil que permitisse o pagamento dos juros sem perdas de reservas. Sem dúvida seria possível adiar a decisão, já que o país dispõe de 3,9 bilhões de dólares de reservas. Mas, como deixou claro o Presidente Sarney, o Brasil não quis cometer o mesmo erro de 1982, quando suspendeu os pagamentos no momento em que não tinha mais recursos de caixa, ficando sem qualquer poder de barganha.

A decisão do Presidente foi corajosa e oportuna. É preciso, entretanto, ficar claro que a suspensão dos pagamentos - que o governo vem corretamente evitando de chamar de moratória para deixar claro que não pretende o confronto - não constitui nenhuma panacéia. Ela pôde ser realizada porque, além das reservas, dispomos da expectativa de um superávit comercial. Na verdade, apesar da suspensão do pagamento de cerca de 5,5 bilhões de dólares aos bancos privados em 1987, ainda teremos que ter um superávit comercial neste ano de 7 bilhões de dólares para podermos continuar a realizar nossas importações normalmente.

As contas são simples. Teremos que pagar aos bancos oficiais por empréstimos a longo prazo e aos bancos privados por empréstimos comerciais a curto prazo cerca de 3,5 bilhões de dólares de juros. Por outro lado, a balança líquida de serviços reais (seguros, transporte, turismo, etc.) deverá alcançar outros 3,5 bilhões de dólares. Some-se a isto 1,5 bilhões de dólares de empréstimos de entidades oficiais, compensados por pagamentos equivalente ao FMI, e teremos os 7 bilhões de dólares de superávit comercial necessários.

A soberania brasileira, que foi com tanta clareza afirmada pelo Presidente, não é portanto apenas um ato de vontade; depende do superávit comercial que logremos alcançar. A suspensão do pagamento de juros não dispensa o país de uma política firme de ajustamento externo, que nos permita negociar com os credores de forma soberana. Nossa meta, na verdade, deverá ser um superávit comercial de 9 bilhões de dólares em 1987 de forma a podermos, na negociação com os credores, recebendo cerca de 3 bilhões de dinheiro novo dos bancos privados e 2 dos bancos oficiais (ao invés de 1,5 que poderemos obter sem negociação), pagar todos os juros e iniciar a recomposição de nossas reservas.

Para alcançar esse superávit parece essencial uma pequena maxidesvalorização e uma política econômica austera, que desacelere a economia neste ano. Um crescimento do PIB de 2 a 3 por cento, por exemplo,

seria uma excelente meta para 1987, compatível com a meta a longo prazo de 6 por cento ao ano, dado o elevado crescimento de 1986.

A suspensão do pagamento não nos levará, portanto, necessariamente, a maior crescimento econômico. No curto prazo será acompanhada de menor crescimento, já que é condição de soberania o ajustamento externo do país. A médio prazo será favorável ao crescimento do país desde que, sendo acompanhada de uma política econômica interna responsável, nos permita um relacionamento com nossos credores mais maduro, em que fique claro que não temos nenhum interesse pelo confronto, mas também que conhecemos muito bem quais são nossos objetivos nacionais e como alcançá-los. (*Folha de S. Paulo*, 24 de fevereiro de 1987).

POPULISMO ECONÔMICO

O grande desafio de economistas e políticos progressistas, que estabelecem como prioridade de política econômica o desenvolvimento e a distribuição de renda, é saber distinguir uma política econômica estruturalista, heterodoxa, de uma política econômica populista. Hoje, mais do que nunca, é essencial fazer essa distinção. O PMDB, que durante tantos anos criticou a ortodoxia conservadora quanto o populismo irresponsável, enfrenta hoje este dilema de maneira mais viva e atual do que nunca.

Carlos Dias Alejandro foi um notável economista latino-americano. Em um artigo clássico escrito para uma conferência do Brookings Institution em outubro de 1979, ele analisou os planos de estabilização do Cone Sul, criticando a ortodoxia econômica. No início do artigo, entretanto, ele descreveu as condições que geralmente precedem o desencadeamento de um plano recessivo de estabilização econômica. E ao fazê-lo descreveu de maneira magistral o populismo econômico. Vou dar-lhe a palavra:

"Um plano de estabilização típico no Cone Sul será precedido, um ou dois anos antes, por uma aceleração da inflação crônica. Essa aceleração será acompanhada por uma maior viabilidade dos preços relativos, variabilidade essa que tem pouca justificativa do ponto de vista econômico. Parte dessa errática flutuação nos preços relativos será causada pelas tentativas do governo de controlar a inflação através do congelamento esporádico de certos preços considerados estratégicos.

Para o governo, que chamaremos de populista nesta estilizada descrição dos fatos, déficits no balanço de pagamentos, reservas cambiais externas em declínio, dificuldades em pagar o serviço da dívida serão preocupações mais imediatas, do que a aceleração da inflação e as distorções dos preços relativos.

Fatores tanto internos quanto externos contribuirão para essa situação lamentável. Os primeiros estágios de um governo populista provavelmente testemunharão um aumento das despesas governamentais não financiadas por aumentos de impostos. A despesa pública adicional será canalizada mais para o consumo do que para o investimento. Aumentos de salários generalizados também acompanham estágios dos governos populistas. Porque essas medidas terão como primeira consequência a expansão da produção, especialmente de bens de consumo, ao invés da expansão da inflação (que pode até cair nos primeiros estágios do populismo), o governo verá confirmada a sabedoria de sua heterodoxia). As pressões sobre o balanço de pagamentos nesses primeiros tempos poderão ser contornadas através do fortalecimento de controles administrativos de importação. Aos observadores simpáticos mas preocupados será dito que "agora a economia funciona de forma diferente". Nessas eufóricas circunstâncias as preocupações econômica, com promoção de exportações e com um mínimo de prudência monetária e fiscal serão identificadas com "posições reacionárias" não apenas por políticas populistas mas também por economistas governamentais que dão prioridade máxima às reformas estruturais". (Carlos Diaz-Alejandro, "Southern Cone Stabilization Plans". William Cline & Sidney Weintraub *Economic Stabilization in Developing Countries*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1981).

O Plano Cruzado não foi o produto do populismo econômico. Tinha atrás de si uma sólida teoria econômica. Mas é impossível negar que, depois de editado, a política econômica tendeu para essa situação. Em certos momentos tentou-se evitar esse risco. Às vezes com coragem. Mas os resultados até agora foram parcos. As pressões de trabalhadores, empresários, funcionários parecem mais fortes do que a racionalidade econômica.

Mais cedo ou mais tarde, entretanto, a força dos fatos - as leis do mercado - se imporão sobre os esforços voluntaristas. E nesse momento os sacrifícios econômicos e os riscos políticos serão tanto maiores quanto mais graves as distorções econômicas do período populista. (*Folha de S.Paulo*, 3 de março de 1987).

PLANO BRASILEIRO DE AJUSTAMENTO

A notícia ainda não confirmada de que o governo brasileiro estaria preparando um programa de ajustamento é tranquilizadora. Na verdade não resta outra alternativa para o Brasil, se desejar sair bem da moratória, senão preparar e começar a implementar com urgência um programa de estabilização econômica.

A manutenção indefinida da moratória é impraticável. A razão dos credores só crescerá à medida que o tempo passar. E as ações retaliatórias que tomarão, embora sempre discretas, já que não lhes interessa a publicidade do fato, tornar-se-ão cada vez mais difíceis de suportar.

Na negociação inevitável os credores, em princípio, exigirão que o país recorra ao FMI. Há alguns meses talvez acabassem dispensando essa exigência. Mas depois do desequilíbrio interno e externo, e depois da moratória, dificilmente os banqueiros concordarão em negociar sem o aval do FMI. Entretanto, se prepararmos rapidamente um plano de estabilização, com metas claras sobre o crescimento do PIB, superávit comercial, redução do déficit público, controle do endividamento líquido e/ou base monetária, poderemos eventualmente evitar o recurso ao FMI.

Nesse plano, ao contrário dos programas de ajuste determinados pelo FMI, o crescimento do PIB não deverá ser a consequência mas o parâmetro inicial. Em 1987 é razoável admitir uma taxa reduzida, de 3 a 4 por cento, já que o país cresceu exageradamente em 1986, mas o crescimento médio deverá ser de 6 por cento ao ano.

Dada essa meta, as demais variáveis principalmente o superávit comercial, deverão se ajustar a ela. Como, entretanto, não é possível estabelecer uma relação precisa entre taxa de crescimento e superávit comercial, está correto o presidente do Banco Central quando fala em condicionar a necessidade de dinheiro novo a determinadas condições (preço de nossas exportações, preço do petróleo, taxa de juros internacionais). O México já fez isto anteriormente.

O estabelecimento de uma meta baixa de crescimento para este ano coincide, inclusive, com a tendência da economia. Esta já se encontra em pleno processo de desaceleração. O aumento dos impostos em novembro e principalmente a violenta aceleração da inflação apontam nessa direção. A

aceleração da inflação reduziu os salários, tornou os consumidores e os investidores pessimistas, e praticamente inviabilizou as vendas a crédito.¹

Um problema que certamente dificultará a formulação de um programa de estabilização é a eventualidade de um novo choque. Neste caso as metas monetárias anuais perderão sentido. Um novo choque imediatamente é entretanto inviável. O desequilíbrio dos preços relativos torna-o inviável. Por isso é conveniente fazer o programa sem considerar o novo choque. Isto não impedirá sua adoção quando for o momento adequado. (*Folha de S. Paulo*, 10 de março de 1987).

VISÃO MODERNA E PROGRESSISTA

O Brasil precisa com urgência de um plano macroeconômico de estabilização, que - ao contrário do que acontece com os planos do FMI - parta de uma taxa desejada e razoável de crescimento da economia e contenha metas compatíveis mensais, até o final do ano, de superávit comercial, redução do déficit público e crescimento da base monetária. Precisa também de um outro plano de controle administrativo da inflação, visando anular ou reduzir o componente inercial da inflação, semelhante ao Plano Cruzado, ao Plano Sayad, ou ao plano de uma moeda indexada proposto por Lara Resende e Pêrsio Arida. Este segundo plano precisa ser claramente distinguido do primeiro, já que não é com política fiscal e monetária que se controlam os fatores mantenedores da inflação. Política monetária é essencial para evitar que novos fatores aceleradores da inflação entrem em funcionamento, como aconteceu depois do Plano Cruzado; é entretanto impotente para combater a inflação inercial ou autônoma.

Além desses dois planos de curto prazo, entretanto, o Brasil precisa de um plano de longo prazo, ou, mais genericamente, de diretrizes econômicas que orientem a ação imediata dos ministros da área econômica.

Como o PMDB é o partido do governo, o que se espera desse plano é uma orientação progressiva ao invés de conservadora. Deverá estar nele contido, claramente, um não às propostas conservadoras, ortodoxas ou monetaristas:

1 A notícia de que o Japão levaria o problema da dívida brasileira ao FMI apenas confirma a urgência de um plano brasileiro de ajustamento.

combate da inflação através de recessão e da redução dos salários; estímulo às exportações também através de recessão e de mudança na relação câmbio-salário, ou seja, através também de redução dos salários; desestatização acelerada da economia através da venda a baixo preço das ações das empresas estatais; redução radical da regulação econômica pelo estado; eliminação imediata do déficit público; aceitação das condições estabelecidas pelos credores para o pagamento dos juros da dívida.

É preciso ficar claro para o PMDB, entretanto, na colaboração do plano de longo prazo, que a alternativa a essa visão conservadora não é o populismo dos anos cinquenta: os salários não devem ser reduzidos, mas não podem ficar fora de controle; a inflação precisa ser controlada através de medidas administrativas, mas também através de medidas fiscais e monetárias; o déficit público não pode ser eliminado de um dia para outro, mas precisa ser reduzido; as empresas estatais tiveram um papel fundamental na fase inicial do desenvolvimento brasileiro, mas agora deve caber ao setor privado a principal responsabilidade pela acumulação de capital; não é razoável que paguemos todos os juros da dívida externa e mais elevados spreads, estes devem ser reduzidos da mesma forma que aconteceu com o México e a Argentina, mas a redução da transferência de recursos do Brasil para o exterior deve ser compatível com o pagamento de cerca de 50 por cento dos juros devidos cada ano para que possamos estabelecer um *modus vivendi* com os credores; o desenvolvimento do mercado interno é prioritário, mas não há nesse objetivo qualquer contradição com o aumento das exportações; pelo contrário, exportar é essencial para o aumento do mercado interno e facilita o processo de distribuição da renda; a concentração de renda não é a solução para os problemas econômicos brasileiros, mas não é através do aumento de salários acima do aumento da produtividade e sim através da reforma tributária, aumentando os impostos sobre o capital e sobre os rentistas, que será possível alcançar uma sociedade mais justa neste país.

Sobre essas diretrizes o PMDB precisa discutir e tomar posição. O Brasil, nestes últimos cinquenta anos consolidou um capitalismo desigual, injusto, cheio de problemas; apenas aprofundaremos as desigualdades. Não será entretanto através do populismo, que ignora os limites impostos pela escassez e pelo mercado, e sim adotando uma visão moderna e progressista da economia que o PMDB poderá ser fiel a seus compromissos populares. (*Folha de S.Paulo*, 31 de março de 1987).
